

# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1414**

## **SOBRE AS UTILIDADES DO CADASTRO ÚNICO**

**Ricardo Paes de Barros  
Mirela de Carvalho  
Rosane Mendonça**



# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1414**

## **SOBRE AS UTILIDADES DO CADASTRO ÚNICO\***

**Ricardo Paes de Barros\*\***

**Mirela de Carvalho\*\*\***

**Rosane Mendonça\*\*\*\***

Produzido no programa de trabalho de 2008

Rio de Janeiro, agosto de 2009

---

\* Gostaríamos de agradecer a toda a nossa equipe do Ipea que possibilitou a elaboração deste trabalho. Em particular, gostaríamos de agradecer a Andrezza Rosalém, por sua insuperável motivação e compromisso com nossa pesquisa, e a Mariana Fandinho que, apesar de recém-chegada à equipe, foi fundamental para a finalização deste trabalho.

\*\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais – Disoc/Ipea.

\*\*\* Assistente de Pesquisa do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD) na Disoc/Ipea.

\*\*\*\* Professora do Departamento de Economia da UFF.

## **Governo Federal**

### **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**

**Ministro** Daniel Barcelos Vargas (interino)



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Marcio Pochmann

#### **Diretor de Administração e Finanças**

Fernando Ferreira

#### **Diretor de Estudos Macroeconômicos**

João Sicsú

#### **Diretor de Estudos Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

#### **Diretora de Estudos Regionais e Urbanos**

Liana Maria da Frota Carleial

#### **Diretor de Estudos Setoriais**

Márcio Wohlers de Almeida

#### **Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Mário Lisboa Theodoro

#### **Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

#### **Assessor-Chefe de Comunicação**

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL I38

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO**

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 UTILIZAÇÕES VARIADAS DO CADASTRO ÚNICO 9

3 UTILIZANDO AS INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO PARA A CONSTRUÇÃO  
DE INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA 14

4 UTILIZANDO AS INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO PARA A ELABORAÇÃO  
DE DIAGNÓSTICOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA E A ADEQUAÇÃO DAS  
POLÍTICAS SOCIAIS 21

5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES 30

REFERÊNCIAS 31



## **SINOPSE**

O objetivo do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas de todas as famílias brasileiras com renda *per capita* inferior a R\$ 120. Embora a utilização do CadÚnico continue centrada na seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), existe um amplo leque de utilizações que ou já vêm sendo incipientemente adotadas, ou poderiam vir a ser empregadas no futuro. Três características do CadÚnico definem suas possibilidades de utilização. Em primeiro lugar, sua abrangência é quase censitária, cobrindo a quase totalidade da população mais pobre do país. Em segundo lugar, devido a sua natureza *cadastral*, o CadÚnico inclui o nome e o endereço dessa população pobre. Por fim, embora a seleção dos beneficiários do PBF utilize apenas as informações de renda, o CadÚnico contém uma ampla variedade de informações sobre as condições de vida dessas famílias que podem ser utilizadas para a elaboração de diagnósticos e definição da política social do país. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que essa variedade de informações disponíveis sobre as famílias, e a possibilidade de identificá-las, leva a que este cadastro tenha inúmeras utilidades. Mais especificamente, buscamos demonstrar como essas informações podem ser utilizados na elaboração de diagnósticos sobre as condições de vida das famílias, municípios, estados e até mesmo do país como um todo.

## **ABSTRACT**

The goal of the Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) is the registration and maintenance of updated information of all Brazilian families with per capita income less than R\$ 120.00. Although the use of CadÚnico continues focusing on the selection of beneficiaries of the Bolsa Família, there is a wide range of uses that incipiently or already has been adopted, or that could be employed in the future. Three features of CadÚnico define their scope of use. First, its scope is almost a census, covering almost the entire poorest population of the Country. Secondly, because of its nature, the CadÚnico includes the name and address of the poor population. Finally, although the selection of beneficiaries of the Bolsa Família program use only the information of income, the CadÚnico contains a wide variety of information about the living conditions of these families that can be used for a diagnosis and shaping of the Country social policy. The objective of this work is to demonstrate that the variety of information available on families and the possibility to identify these families, leads to that CadÚnico had many uses. More specifically, we demonstrate how this information can be used in the preparation of diagnoses on the living conditions of families, municipalities, states and even the Country as a whole.





# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 MOTIVAÇÃO

Criado em julho de 2001, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) tem por objetivo o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias brasileiras com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo (SM) ou renda familiar total de até 3 SMs em todos os municípios brasileiros.<sup>1</sup> Sua utilização pelas três esferas do governo ajuda a identificar potenciais beneficiários<sup>2</sup> para os programas sociais, proporciona melhor focalização e evita a sobreposição de programas para uma mesma família.<sup>3</sup>

Os municípios são os responsáveis pela realização do cadastramento. São as prefeituras que o planejam, definem as equipes de cadastradores, realizam as entrevistas junto às famílias, compilam todas as informações e as remetem para o governo federal. Além disso, cabe também ao município manter o registro das famílias atualizado, monitorar e informar a inclusão ou exclusão de cadastrados e zelar pela fidedignidade e qualidade das informações fornecidas.

O CadÚnico conta atualmente com informações sobre cerca de 16 milhões de famílias brasileiras, das quais 15 milhões têm renda mensal cadastrada inferior a R\$ 120 por pessoa,<sup>4</sup> o que as qualifica como pobres e, portanto, aptas a serem escolhidas como beneficiárias do PBF.<sup>5</sup>

Embora a utilização do CadÚnico continue centrada na seleção dos beneficiários do PBF, existe um amplo leque de utilizações que ou já vêm sendo incipientemente adotadas, ou poderiam vir a ser empregadas no futuro.

Três características do CadÚnico definem suas possibilidades de utilização. Em primeiro lugar, sua abrangência é de certa forma censitária, cobrindo a quase totalidade da população mais pobre do país. De fato, o conjunto de informações do CadÚnico representa praticamente um censo da população mais pobre do país, uma

---

1. Com base nas informações inseridas no CadÚnico, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa Bolsa Família (PBF) a cada mês, sendo o critério principal a sua renda *per capita*. São incluídas primeiramente as famílias com menor renda *per capita* ([www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)).

2. O CadÚnico vem crescentemente sendo utilizado pelo governo federal para selecionar beneficiários de outros programas sociais distintos do Bolsa Família, como por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado. Os estados e municípios também vêm adotando o cadastro para selecionar beneficiários e monitorar a evolução de suas condições de vida. O Acre e o Espírito Santo são exemplos de estados que estão trabalhando para utilizar o CadÚnico na seleção de beneficiários de seus principais programas de combate à pobreza. Já em termos de monitoramento e atendimento às famílias pobres, são pioneiros o Estado do Acre, uma vez mais, e o município de Nova Lima, em Minas Gerais.

3. O CadÚnico, de fato, tem sido fundamental para integrar e harmonizar os programas de transferência de renda federais com os programas estaduais e municipais.

4. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesão/mib/matrizsrch.asp>> (atualização em 30/04/2008).

5. "A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família. Se a família se encaixa numa das faixas de renda definidas pelo Programa, deve procurar o setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município, munido de documentos pessoais (título de eleitor ou CPF), para se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)" ([www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)).

vez que, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, existiam cerca de 9,6 milhões de famílias com renda *per capita* abaixo R\$ 120.

Em segundo lugar, devido a sua natureza *cadastral*, o CadÚnico inclui o nome e o endereço dessa população pobre.

Por fim, embora a seleção dos beneficiários do PBF utilize apenas as informações de renda, conforme veremos na seção 3, o CadÚnico contém uma ampla variedade de informações sobre as condições de vida dessas famílias que podem ser organizadas em seis dimensões: *i*) vulnerabilidade – composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também de pessoas com necessidades especiais; *ii*) acesso ao conhecimento; *iii*) acesso ao trabalho; *iv*) disponibilidade de recursos (renda e despesa familiar *per capita* e despesas com alimentação); *v*) desenvolvimento infantil; e *vi*) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica).

## 1.2 OBJETIVO

Em função do seu elevado grau de cobertura da população pobre do país, pela ampla variedade de informações sobre suas condições de vida e por contar com nome e endereço dessa população, o CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre. As informações sobre renda podem ser utilizadas de variadas formas, além de servir diretamente para a seleção dos beneficiários do PBF. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que essa variedade de informações disponíveis sobre as famílias e a possibilidade de identificá-las, leva a que este cadastro seja considerado de grande utilidade para a elaboração de diagnósticos das condições sociais e para a definição e operacionalização da política social do país.

## 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este artigo encontra-se organizado em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2 mapeamos as principais possibilidades de uso do CadÚnico em função da ampla variedade de informações sobre as condições de vida das famílias pobres no país.

Na seção 3 reconhecemos que uma utilização deste cadastro poderia ser grandemente facilitada se suas informações pudessem ser organizadas num conjunto de indicadores que caracterizassem as condições de vida das famílias. Assim, apresentamos nessa seção um conjunto de indicadores que podem ser criados com base nas informações do cadastro e uma proposta para a agregação desses indicadores em um único índice – o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).

Das várias utilidades do CadÚnico, talvez a menos investigada seja a sua função “diagnóstica”. Embora a grande maioria das famílias cadastradas seja pobre, a pobreza de cada família tem características próprias. Uma família é pobre porque o nível educacional dos adultos é baixo, outras porque o chefe está desempregado, e outras por terem uma alta razão de dependência ou a presença de pessoas com necessidades especiais. Assim, na seção 4 mostramos como, com base nas informações do CadÚnico, é possível identificar as carências de cada família e, portanto, caracterizar a natureza de sua pobreza. Mais que isso, demonstramos como é possível, a um nível

mais agregado, traçar o perfil da pobreza e realizar diagnósticos buscando identificar as principais carências de cada comunidade (município), estado ou do país como um todo. Evidentemente, a viabilidade desta função do CadÚnico depende da disponibilidade de instrumentos que facilitem o uso dessas informações. Assim, nessa seção introduzimos alguns instrumentos úteis para esta função diagnóstica que permitem a realização de diagnósticos nos três níveis considerados (individual, local e regional).

Por fim, na última seção, apresentamos um sumário das principais conclusões do estudo.

## **2 UTILIZAÇÕES VARIADAS DO CADASTRO ÚNICO**

Como foi visto na seção anterior, o CadÚnico tem como objetivo funcionar como um censo da população mais pobre do país e, portanto, todas as famílias com renda *per capita* de até 1/2 SM ou renda familiar total de até 3 SMs deveriam estar cadastradas. Além de contar com ampla informação sobre as condições de vida de cerca de 16 milhões de famílias pobres, este cadastro contém informações sobre o nome e endereço desta população, permitindo, assim, não apenas medir o seu grau de pobreza e carências, mas também lhe prestar atendimento.

### **2.1 SELECIONANDO OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: RENDA CADASTRADA E O USO DE “PREDITORES”**

Originalmente, o objetivo central do CadÚnico foi a seleção das famílias a serem beneficiadas pelos programas de transferência de renda condicionada,<sup>6</sup> buscando garantir um elevado grau de focalização para estes programas. Entretanto, a identificação das famílias mais pobres tem sido feita, tradicional e exclusivamente com base na renda autorreportada. Essa forma de identificação das famílias mais pobres levanta duas questões. Em primeiro lugar, por que definir a população-alvo do programa pelo grau de insuficiência de renda? Em segundo lugar, por que buscar prever a renda com base apenas na renda cadastrada (autorreportada)?

Conforme diversos estudos demonstram,<sup>7</sup> mesmo quando o objetivo é selecionar as famílias com renda insuficiente, o uso das demais informações cadastrais, além da renda, pode melhorar substancialmente o grau de focalização do programa. De fato, a existência de outros quesitos no CadÚnico ajuda a inferir qual é a “verdadeira” renda das famílias, não captada pela renda autorreportada no momento do preenchimento do cadastro.

Assim, mesmo no que se refere à seleção dos beneficiários para o PBF, o CadÚnico pode ser utilizado de duas formas: por um lado, utilizando-se apenas a renda cadastrada, conforme é feito atualmente para a identificação dos beneficiários do programa e, por outro, utilizando-se de forma combinada o conjunto completo das informações disponíveis para se obter um melhor “preditor” da renda familiar, melhorando, dessa forma, o grau de focalização do programa. Conforme mostrado

---

6. Como os antigos Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, e o atual Bolsa Família.

7. Castañeda e Lindert (2005), Castañeda e Fernandez (2003), De La Brière e Lindert (2003), De La Brière e Roquette (2003), Larrañaga (2003), Lindert (2003), Orozco e Hubert (2004) e Viquez (2003).

em Barros *et al.* (2007) “(...) embora o grau de focalização do Bolsa Família esteja em vantagem no contexto latino-americano, existe amplo espaço e necessidade para melhoria, a qual poderá ser alcançada aprimorando a informação sobre renda que consta do Cadastro Único”. Assim, as informações cadastrais podem ser utilizadas para melhorar substancialmente o sistema de seleção de beneficiários, elevando-se simultaneamente os graus de focalização e de cobertura do programa.

## 2.2 MELHORANDO A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Por mais que um sistema de seleção de beneficiários explore as informações disponíveis no CadÚnico, o grau de focalização resultante, em última instância, sempre dependerá da qualidade dessas informações. Assim, é fundamental aprimorar continuamente a qualidade do cadastro.<sup>8</sup>

Barros *et al.* (2007) procuram demonstrar como as próprias informações cadastrais podem ser utilizadas para melhorar a qualidade do CadÚnico e, desta forma, aperfeiçoar, de forma indireta, o sistema de seleção de beneficiários. O objetivo neste caso consiste em utilizar a própria informação do cadastro para identificar possíveis inconsistências e, com isso, aprimorar sua qualidade. Com o cruzamento das informações do CadÚnico é possível identificar desvios e assim monitorar sua qualidade.

Vale ressaltar que, neste caso, a variedade de informações disponíveis no cadastro é vital para a avaliação de sua qualidade e a identificação de distorções. Entretanto, é a identificação das famílias cadastradas que permite desenhar intervenções voltadas para a melhoria da qualidade das informações cadastrais. Sem a capacidade de localizar as famílias cadastradas, o que se poderia obter se limitaria a uma descrição das falhas e deficiências do cadastro. É a possibilidade de localização destas famílias que permite que muitas delas sejam reentrevistadas, melhorando, com isso, a qualidade das informações cadastrais.

## 2.3 SELECIONANDO BENEFICIÁRIOS PARA OUTROS PROGRAMAS

Embora o CadÚnico seja utilizado quase que exclusivamente para a seleção dos beneficiários do PBF, existem vantagens em recorrer a ele também para a seleção dos beneficiários de outros programas. Sendo um cadastro do conjunto da população pobre, com informações para um amplo leque de dimensões das condições de vida, o CadÚnico serve também, em princípio, para a seleção de uma grande variedade de

---

8. Segundo Barros *et al.* (2007), “(...) a baixa fidedignidade das informações de renda tem, em geral, duas origens. Por um lado, pode ser não intencional e resultar apenas de deficiências na qualidade da coleta, resultantes, por exemplo, de falhas na construção dos quesitos do questionário, imprecisões e indefinições conceituais, falhas na condução das entrevistas por insuficiente treinamento dos entrevistadores ou por falhas no sistema de supervisão. Neste caso, tipicamente as informações de renda coletadas deverão ter um grau de variabilidade bem acima do efetivamente verificado na população, mas não necessariamente tenderão a subestimar a verdadeira renda familiar. Por outro lado, pode ser que os desvios da renda reportada em relação à renda real sejam, em boa medida, intencionais ou pelo menos sistemáticos. As famílias ou os entrevistadores podem declarar uma renda mais baixa que a efetiva, com vistas a elevar a probabilidade de participação no programa, já que é de conhecimento público que os programas sociais são dirigidos à população de baixa renda. Esta tendência à subestimação pode ser consciente ou inconsciente, como quando um entrevistado se esquece ou não se esforça para se lembrar de reportar uma renda eventual que possa ter recebido”.

programas direcionados a essa população, mesmo quando a pobreza não é tomada como sinônimo de insuficiência de renda.

De fato, com base nas informações cadastrais é possível selecionar populações carentes com relação a uma variedade de critérios. Assim, com base no CadÚnico é possível identificar famílias com baixa renda com carências específicas; adultos analfabetos em famílias pobres; famílias com membros adultos com baixa escolaridade; famílias sem trabalhadores formais; ou famílias com membros que possuam necessidades especiais, entre outras características.

Novamente, é o fato de o cadastro conter informações individualizadas com nome e endereço dos cadastrados que permite utilizá-lo para a seleção de uma variedade de programas sociais. O emprego do CadÚnico nesse caso não só é viável mas altamente recomendável, uma vez que evita a duplicação de esforços, reduz custos e evita tomar o tempo das famílias pobres com múltiplas entrevistas.

Além desta vantagem em termos de custo, o uso do CadÚnico por uma ampla variedade de programas tem duas vantagens adicionais. Por um lado, e de maior importância, a unicidade do cadastro é indispensável para uma efetiva integração das intervenções sociais. Só com a utilização de um único cadastro é possível garantir que uma mesma família tenha acesso simultâneo ao amplo conjunto de oportunidades e programas de que necessita para superar a pobreza.<sup>9</sup> Em segundo lugar, a qualidade de um cadastro está diretamente ligada ao seu uso. Quanto mais se utiliza um cadastro, maior é a probabilidade de que suas deficiências sejam identificadas e corrigidas. Assim, o uso do CadÚnico pelos diversos programas sociais não só reduz custos e facilita a integração, como também estimula a própria melhoria das informações nele contidas. Neste particular, o emprego do cadastro por programas com foco em distintos aspectos das condições de vida da população pobre é essencial, uma vez que, neste caso, cada programa irá colocar em xeque aspectos distintos das informações cadastrais. Por exemplo, o uso do CadÚnico para a seleção dos beneficiários do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos<sup>10</sup>) deverá levar a uma melhoria nas informações sobre o acesso à eletricidade, algo que levaria muito mais tempo para se obter, caso ele fosse utilizado exclusivamente pelo PBF.

## 2.4 DEFININDO COTAS

Em estudo recente, Barros *et al.* (2008) demonstraram a importância da existência de cotas locais para uma melhor focalização de programas sociais como o Bolsa Família. Para que as cotas sejam úteis para melhorar a focalização do programa é fundamental que sejam locais (isto é, cotas por município ou mesmo por distrito tendem a ser

---

9. Vale ressaltar que a seleção de beneficiários para um amplo leque de programas sociais a partir de um único cadastro é apenas uma condição necessária para a integração. É perfeitamente possível que, mesmo que todos os programas sociais utilizem o mesmo cadastro, a seleção dos beneficiários seja feita de forma totalmente desarticulada.

10. O Programa Luz para Todos, criado pelo governo federal em 2004, tem como objetivo levar energia elétrica para a população pobre do meio rural. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) com a participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita e facilita a integração com outros programas sociais (acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento) (ver <http://www.mme.gov.br>).

muito mais importantes do que as cotas estaduais), e que sejam o mais positivamente relacionadas com o grau de pobreza local.

A grande dificuldade, portanto, para o desenho de um sistema eficaz de cotas é a informação local sobre o grau de pobreza. As pesquisas domiciliares por amostragem, como a Pnad e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), são capazes de produzir estimativas da pobreza ao nível estadual, mas não ao nível municipal. Assim, as estimativas de pobreza para os municípios ficam restritas ao que se pode obter a partir dos censos demográficos realizados apenas a cada dez anos. Portanto, o CadÚnico, por sua cobertura, representa uma alternativa para se obter estimativas do grau de carência ao nível municipal.

Vale ressaltar, no entanto, que a vantagem do CadÚnico não é substituir o censo demográfico na definição da pobreza local, mas complementá-lo. As informações censitárias, além de cobrirem toda a população, têm melhor qualidade e contêm um leque de questões pelo menos tão variado quanto as do cadastro. O ideal seria construir mapas da pobreza para o país e daí estabelecer cotas para os principais programas sociais com base nos censos demográficos a cada dez anos, utilizando as informações do CadÚnico para atualizar anualmente esses mapas e cotas.

## **2.5 DIAGNÓSTICO E ADEQUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES SOCIAIS**

Por fim, vale ressaltar a importância do CadÚnico para o diagnóstico da pobreza e das principais carências no país, possibilitando a melhor adequação das intervenções sociais às reais necessidades da população. Assim, não é nada surpreendente que um cadastro, que conta com um amplo leque de informações sobre as condições de vida de cerca de 16 milhões de famílias brasileiras, tenha grande utilidade para a construção de diagnósticos da situação da pobreza no país.

Esta utilidade do CadÚnico é a que menos tem sido desenvolvida, em boa medida talvez pela dificuldade de acesso às informações e pela falta de instrumentos que permitam manuseá-lo com facilidade. Conforme já mencionado, na terceira e quarta seções deste artigo vamos introduzir e exemplificar o uso de um leque de indicadores e instrumentos voltados a potencializar o uso diagnóstico do CadÚnico.

Por sua característica censitária da população pobre o CadÚnico pode auxiliar no diagnóstico das carências em três níveis, que passamos a descrever a seguir.

### **2.5.1 Diagnósticos individualizados**

Ao nível individual a análise das informações de cada família permite identificar suas principais necessidades e compará-las com as da comunidade a que pertence. Uma vez que, com o cadastro, temos o nome e o endereço de cada família, este tipo de diagnóstico individualizado permite um atendimento personalizado. Com base nessas informações o Programa de Atenção Integral à Família (Paif)<sup>11</sup> pode melhor planejar

---

11 O Paif é coordenado pelo MDS e “expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sócio familiar”. Os objetivos do Paif são: i) contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social; ii) fortalecer os vínculos familiares e comunitários; e iii) promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades (ver <http://www.mds.gov.br>).

suas atividades e melhor adequar o atendimento às efetivas necessidades das famílias que visa atender. Além de permitir diagnosticar as necessidades de cada família pobre, na medida em que as suas informações vão sendo atualizadas, o cadastro permite monitorar a evolução da pobreza e a necessidades de cada família, e a partir daí avaliar o impacto de determinadas intervenções.

Em outras palavras, o CadÚnico serve não apenas para identificar e selecionar as famílias mais carentes para atendimento pelas equipes do Paif, como também permite diagnosticar suas principais necessidades, eleger as intervenções mais efetivas e acompanhar e avaliar o impacto dessas intervenções.

Mencionamos anteriormente que o uso do cadastro por diversos programas sociais contribui para identificar suas deficiências, ajudando a corrigi-las e, com isso, aumentar sua qualidade. O uso individualizado do cadastro pelo Paif, por exemplo, deve levar a um efeito similar. Uma vez que o Paif necessita que as informações do cadastro sejam o mais possível atualizadas, sua utilização deve imprimir maior dinâmica ao uso dessas informações, contribuindo ao final para um cadastro mais atualizado.

### **2.5.2 Diagnósticos locais**

O CadÚnico permite o diagnóstico ao nível local, isto é, permite quantificar e mapear as carências de comunidades e municípios. Este mapeamento local das carências é de fundamental importância na medida em que, como já vimos, a única fonte de informação capaz de dar base a estes diagnósticos locais é o censo demográfico, que é realizado a cada dez anos. Assim, estes diagnósticos locais são vitais uma vez que permitem adequar a disponibilidade de serviços públicos e alocar os respectivos recursos às verdadeiras necessidades locais.

Além desta utilidade, as informações do CadÚnico permitem o acompanhamento da evolução das condições de vida das comunidades e, portanto, que se avaliem a qualidade de intervenções específicas e o desempenho global das administrações locais.

### **2.5.3 Diagnósticos regionais**

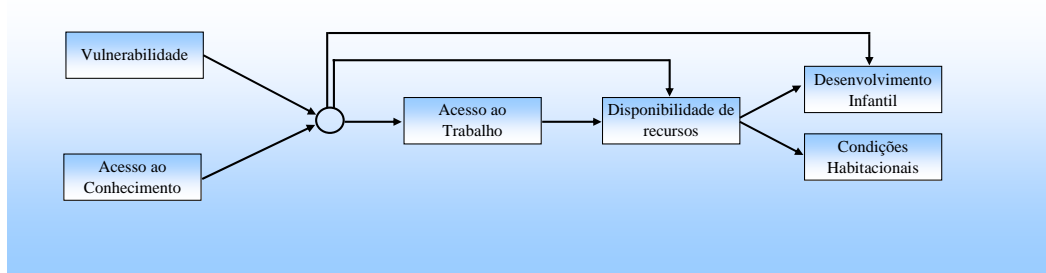
Por fim, e de menor importância, o CadÚnico também complementa as informações das pesquisas domiciliares por amostragem, como a Pnad e a POF, na mensuração da pobreza, na identificação das carências educacionais tanto da população adulta como da infantil, na avaliação das necessidades de emprego e na avaliação da qualidade dos postos de trabalho disponíveis, assim como no monitoramento dos indicadores habitacionais. Portanto, o CadÚnico contribui para facilitar o diagnóstico da situação social, seu monitoramento e sua avaliação através da complementação das informações das pesquisas domiciliares por amostragem.

### 3 UTILIZANDO AS INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO PARA A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA<sup>12</sup>

O CadÚnico é constituído de três questionários distintos. O primeiro reúne informações sobre o município, o segundo sobre o domicílio e o terceiro sobre cada um dos membros da família. Assim, a variedade de informações presentes neste instrumento (de natureza socioeconômica, cadastral, e referente ao acesso a programas sociais) permite avaliar as condições de vida das famílias cadastradas, assim como também do conjunto da população cadastrada do município.

Exceto para as condições de saúde e sobrevivência, as informações reunidas pelo CadÚnico permitem investigar seis dimensões: *i*) vulnerabilidade; *ii*) acesso ao conhecimento; *iii*) acesso ao trabalho; *iv*) disponibilidade de recursos; *v*) desenvolvimento infantil; e *vi*) condições habitacionais. Cada uma dessas dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades. Apresentamos estas dimensões no diagrama 1, partindo daquelas mais relacionadas ao acesso aos meios para concluir com as dimensões mais relacionadas à consecução de fins.

Diagrama 1: Inter-relação entre as dimensões das condições de vida



Nesta seção apresentamos, em primeiro lugar, o conjunto de indicadores que podem ser construídos com base nas informações do CadÚnico para cada uma dessas seis dimensões. Esses indicadores têm como principal função auxiliar no diagnóstico da pobreza e das principais carências das famílias, comunidades ou do país, possibilitando a melhor adequação das intervenções sociais às reais necessidades da população. Em segundo lugar, mostramos como esses indicadores podem ser agrupados para criar um indicador capaz de sintetizar, em um único número, a informação desses diversos indicadores – o IDF.

#### 3.1 INDICADORES BÁSICOS

##### 3.1.1 Vulnerabilidade

A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família padrão. Por exemplo, a presença de gestantes, crianças, adolescentes,

12. Esta seção baseia-se em Barros e Carvalho (2002).



jovens, portadores de deficiência e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, na medida em que aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Das seis dimensões consideradas esta é a única que não representa nem meios nem fins. Com base nas informações do CadÚnico é possível descrever quatro componentes da vulnerabilidade de uma família:

1) Gestação e amamentação: trata-se de necessidades especiais nutricionais e em atendimento médico que surgem devido à presença de gestantes e/ou crianças em período de aleitamento.

2) Crianças, adolescentes e jovens: famílias com a presença destes grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas à transmissão de regras e hábitos de convivência (educação *lato sensu*), cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.), além de apresentar necessidades específicas de educação e atendimento médico.<sup>13</sup>

3) Portadores de deficiência e idosos: famílias com a presença destes grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas a cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.) e necessidades especiais em atendimento médico.

4) Dependência econômica: quando o número de crianças ou idosos é proporcionalmente elevado em relação ao número de adultos, a família passa a ocupar uma posição desvantajosa, pois muitos dependem da renda de poucos.

Com o propósito de representar estes componentes da vulnerabilidade das famílias, utilizamos os seguintes indicadores:

TABELA 3.1.1

**Indicadores de vulnerabilidade das famílias**

Gestação e amamentação	V1. Ausência de gestantes
	V2. Ausência de mães amamentando
Crianças, adolescentes e jovens	V3. Ausência de crianças
	V4. Ausência de crianças ou adolescentes
	V5. Ausência de crianças, adolescentes e jovens
Portadores de deficiência e idoso	V6. Ausência de portadores de deficiência
	V7. Ausência de idosos
Dependência econômica	V8. Presença de cônjuge
	V9. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa

Note-se que, segundo a forma como os indicadores V3-V5 foram construídos, a presença de crianças é levada em consideração três vezes, ao passo que a presença de jovens, apenas uma. Esta forma de construção, aqui denominada *indicadores em cascata*, permite, numa avaliação do grau de vulnerabilidade das famílias, atribuir um peso três vezes maior às crianças que aos jovens, mesmo quando cada indicador recebe igual peso.

13. A incidência de doenças características da infância, por exemplo, aumenta os custos dessas famílias.

### 3.1.2 Acesso ao conhecimento

Dentre todos os meios de que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, o acesso ao conhecimento, certamente, se encontra entre os mais importantes. Com base nas informações do CadÚnico é possível construir indicadores para apenas dois componentes: *i)* analfabetismo e *ii)* escolaridade.

Com vistas a representar estes dois componentes do acesso ao conhecimento das famílias utilizamos os seguintes indicadores:

TABELA 3.1.2

**Indicadores de acesso ao conhecimento**

Analfabetismo	C1. Ausência de adultos analfabetos
	C2. Ausência de adultos analfabetos funcionais
Escolaridade	C3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo
	C4. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo
	C5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior

Dois aspectos da seleção desses indicadores merecem destaque. O primeiro deles diz respeito ao uso repetido de indicadores em cascata. Por exemplo, uma vez que todo analfabeto é também um analfabeto funcional, ambos os indicadores (C1 e C2) captam a presença de um analfabeto na família. Assim, o analfabetismo recebe, implicitamente, um peso duas vezes maior que o analfabetismo funcional. De forma similar, em C3-C5 a educação superior recebe um peso três vezes maior que a educação fundamental, uma vez que toda a família contendo pelo menos uma pessoa com alguma educação superior também apresenta pelo menos uma pessoa com educação fundamental e secundária completas.

O segundo aspecto está relacionado ao fato de que, ao contrário das características estritamente domiciliares – tais como o acesso a esgotamento sanitário adequado, em que ter (presença) ou não ter (ausência) são as únicas possibilidades –, para os indicadores derivados das características individuais, como o analfabetismo, existem várias formas de uma família ter ou não a característica. Uma possibilidade seria a família não ter nenhuma pessoa analfabeta (ausência de analfabetos). Outra opção seria não ter todos os membros analfabetos (presença de ao menos uma pessoa alfabetizada). Note que os indicadores de analfabetismo (C1 e C2) são do primeiro tipo, ao passo que os indicadores de escolaridade (C3-C5) são do segundo tipo.

### 3.1.3 Acesso ao trabalho

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto garantir que as famílias tenham acesso aos meios de que necessitam é dar-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, a importância de dar a uma pessoa os conhecimentos necessários para que ela desempenhe uma determinada função será dramaticamente reduzida, caso ela não venha a ter a oportunidade de realizá-la.

O acesso ao trabalho representa a oportunidade que tem a pessoa de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a

utilização de meios. Dentre os vários componentes do acesso ao trabalho, destacamos: *i)* a disponibilidade de trabalho; *ii)* a qualidade do posto de trabalho; e *iii)* a remuneração.

Com base no CadÚnico, é possível construir uma variedade de indicadores da disponibilidade, da qualidade e da remuneração dos postos de trabalho. Com o propósito de representar estes três componentes utilizamos os seguintes indicadores:

TABELA 3.1.3

**Indicadores de acesso ao trabalho**

Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupado
Qualidade do posto de trabalho	T2. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
	T3. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
Remuneração	T4. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 SM
	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 SMs

Note-se, mais uma vez, o *efeito cascata* nos indicadores T4 e T5, uma vez que a presença de ao menos um ocupado com rendimento superior a 2 SMs implica a presença de ao menos um ocupado com rendimento superior a 1 SM.

### 3.1.4 Disponibilidade de recursos

Na medida em que a grande maioria das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita através de bens e serviços adquiridos no mercado, a renda familiar *per capita* passa a ser um recurso fundamental na determinação do seu bem-estar. Embora a origem dos recursos não seja relevante para a satisfação das necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência desta dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parcela que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo. Dentre os vários componentes da disponibilidade de recursos, destacamos três: *i)* extrema pobreza; *ii)* pobreza; e *iii)* capacidade de geração de renda.

Com o propósito de representar estes componentes da disponibilidade de recursos de uma família obtivemos, com base no CadÚnico, os seguintes indicadores:

TABELA 3.1.4

**Indicadores de disponibilidade de recursos**

Extrema pobreza	R1. Despesa familiar <i>per capita</i> superior à linha de extrema pobreza
	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de extrema pobreza
	R3. Despesa com alimentos superior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R4. Despesa familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza
	R5. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R6. Maior parte da renda familiar não advém de transferências

Note-se, novamente, a utilização do *efeito cascata* para dar maior peso à extrema pobreza. Neste caso, se R4 e R5 são verdadeiros, então R1 e R2, respectivamente, também o são.

### 3.1.5 Desenvolvimento infantil

Uma das principais metas de qualquer sociedade é garantir sempre, a cada criança, oportunidades para o seu pleno desenvolvimento. Dada a informação disponível no CadÚnico, é possível captar apenas três componentes do desenvolvimento infantil: *i*) trabalho precoce; *ii*) acesso à escola; e *iii*) progresso escolar.

Com o objetivo de representar esses componentes do desenvolvimento infantil, utilizamos os seguintes indicadores:

TABELA 3.1.5

**Indicadores de desenvolvimento infantil**

Trabalho precoce	D1. Ausência de pelo menos uma criança de menos de 10 anos trabalhando
	D2. Ausência de pelo menos uma criança de menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Ausência de pelo menos uma criança de 0-6 anos fora da escola
	D4. Ausência de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
	D5. Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D6. Ausência de pelo menos uma criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
	D7. Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
	D8. Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto

Observe-se o uso do *efeito cascata* em D1 e D2 para dar maior peso ao trabalho de crianças menores de 10 anos do que ao de adolescentes entre 10 e 15 anos. Utilizamos, também, o mesmo expediente em D4 e D5 para dar maior peso à frequência escolar de adolescentes de 7 a 14 anos do que à de jovens entre 15 e 17 anos.

### 3.1.6 Condições habitacionais

As condições habitacionais representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família devido a sua íntima relação com as condições de saúde. Dada a informação disponível no CadÚnico, podemos avaliar diversos dos seus componentes: *i*) propriedade; *ii*) déficit habitacional; *iii*) abrigabilidade; *iv*) acesso a abastecimento de água; *v*) acesso a saneamento; *vi*) acesso à coleta de lixo; e *vii*) acesso à energia elétrica. É importante destacar, no entanto, que não há informações sobre alguns componentes importantes das condições habitacionais, tais como a falta de segurança, a separação das funções entre os cômodos disponíveis do domicílio, a natureza do entorno (vizinhança) e a distância ao local de trabalho, à escola e ao posto de saúde.

Para representar os sete componentes das condições habitacionais que podem ser avaliados a partir das informações do CadÚnico, utilizamos os seguintes indicadores:

TABELA 3.1.6  
Indicadores de condições habitacionais

Propriedade do domicílio	H1. Domicílio próprio
	H2. Domicílio próprio, cedido ou invadido
Déficit habitacional	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Acesso adequado à água	H5. Acesso adequado à água
Acesso adequado a saneamento e esgotamento sanitário	H6. Esgotamento sanitário adequado
Acesso à coleta de lixo	H7. Lixo é coletado
Acesso à eletricidade	H8. Acesso à eletricidade

Mais uma vez, observe-se o uso do *efeito cascata* em H1 e H2, conferindo maior peso à condição de domicílio próprio.

### 3.2 Construindo um indicador sintético

Na subseção anterior apresentamos 41 indicadores que podem ser construídos para representar as seis dimensões com que se pode trabalhar a partir do CadÚnico. Dadas a complexidade de utilizar um número tão elevado de indicadores e a necessidade de ordenar as condições sociais das famílias, comunidades, municípios ou estados, surge, então, a necessidade de se criar indicadores sintéticos que visem sintetizar, em um único número, a informação de diversos indicadores básicos assumindo determinados pesos.

Existem inúmeras estratégias para a construção de indicadores sintéticos e, de fato, nos últimos anos temos testemunhado o surgimento de inúmeros indicadores dessa natureza. O indicador sintético mais conhecido e consagrado pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano é, sem dúvida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) desde 1990 para diversos países.<sup>14,15</sup>

14. "Este relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e contou com a colaboração do economista Amartya Sen, sendo atualmente publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países" (COBO; SABÓIA, 2006).

15. Em 1998, o Pnud, o Ipea e a Fundação João Pinheiro se juntaram para produzir um índice de condições de vida para o Brasil, Unidades da Federação (UFs) e municípios (IDH Municipal ou IDH-M). Em 2003 essas mesmas instituições produziram o outro índice sintético denominado Índice de Condições de Vida (ICV), para todos os municípios brasileiros, construído com base em um maior número de dimensões e indicadores básicos. Nessa linha, destacam-se ainda o Índice Municipal do Instituto Pólis (ver SOUTO *et al.*, 1995), o Índice de Qualidade de Vida (IQV) (ver ALMEIDA, 1997) e o Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) (ver CIDE, 1998), entre outros (ver COBO; SABÓIA, 2006). Ver, ainda, Barros, Carvalho e Franco (2003) e Torres, Ferreira e Dini (2003).

Segundo essa metodologia, o indicador sintético  $S$  é construído a partir de uma série de indicadores básicos,  $\{B_i: i = 1, \dots, m\}$ , via:

$$S = \sum_{i=1}^m w_i \left\{ \frac{B_i - l_i}{L_i - l_i} \right\}$$

onde  $L_i$  e  $l_i$  são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador  $i$ , e  $w_i$  o peso dado a este indicador.

Os critérios para se obter os limites e o peso de cada indicador são variados, sendo alguns destes puramente estatísticos, outros uma mescla de critérios substantivos e estatísticos. Em princípio, a escolha dos limites e dos pesos depende da utilização específica que se deseja dar ao indicador sintético. Quando o objetivo é obter um indicador geral das condições de vida ou do desenvolvimento humano da população, como o IDH das Nações Unidas, a melhor opção tende a ser tratar todas as dimensões e seus componentes de forma simétrica. Esta é a alternativa aqui proposta.

Mais especificamente, atribuímos o mesmo peso *i*) aos indicadores de cada componente de uma dimensão, *ii*) aos vários componentes de uma dimensão e *iii*) a cada uma das dimensões. Assim, se assumimos que cada indicador pode variar livremente entre *zero* e *um*, o indicador sintético fica definido a partir dos indicadores básicos via:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left[ \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left[ \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right] \right]$$

onde  $B_{ijk}$  denota o  $i$ -ésimo indicador do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão;  $m_k$ , o número de componentes da  $k$ -ésima dimensão; e  $n_{jk}$ , o número de indicadores do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão. Em outras palavras, assumindo que  $l_{ijk} = 0$  e  $L_{ijk} = 1$ , desta expressão segue que:

$$S = \sum_{k=1}^6 \sum_{j=1}^{m_k} \frac{1}{6m_k n_{jk}} \left[ \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right]$$

e, portanto, que:

$$w_{ijk} = \frac{1}{6m_k n_{jk}}$$

No entanto, conforme ilustram as expressões acima, indicadores de componentes distintos terminam, em geral, tendo pesos também distintos, na medida em que o número de componentes por dimensão e de indicadores por componentes não é homogêneo. De fato, o peso de um indicador depende do componente e da dimensão a que pertence.

Implicitamente, esta expressão também gera indicadores sintéticos para cada um dos componentes de cada dimensão,  $S_{jk}$ , assim como para cada uma das dimensões,  $S_k$ , via:

$$S_{jk} = \frac{1}{n_{jk}} \left[ \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right]$$

e

$$S_k = \frac{1}{m_k} \left[ \sum_{j=1}^{m_k} S_{jk} \right] = \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \frac{1}{n_{jk}} \left[ \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right]$$

Tem-se também que:

$$S = \frac{1}{6} \left[ \sum_{k=1}^6 S_k \right]$$

Em outras palavras, o indicador sintético de cada componente,  $S_{jk}$ , é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar este componente. Da mesma forma, o indicador sintético de cada dimensão,  $S_k$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. Por fim, o indicador sintético global,  $S$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

## 4 UTILIZANDO AS INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO PARA A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA E A ADEQUAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Os indicadores apresentados acima podem ser utilizados na elaboração de diagnósticos das condições de vida das famílias, municípios, estados ou mesmo do país como um todo.<sup>16</sup>

Nesta seção buscamos demonstrar como diagnósticos ao nível da família e ao nível do município podem ser realizados com base nas informações do CadÚnico para o Estado do Espírito Santo. Essas análises encontram-se, respectivamente, nas subseções 4.1 e 4.2.

### 4.1 DIAGNÓSTICO AO NÍVEL DA FAMÍLIA

Com base num *software* desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e utilizando as informações do CadÚnico para o Estado do Espírito Santo, vamos demonstrar nesta subseção como é possível avaliar as condições de vida ao

---

16. Ver, por exemplo, Torres, Ferreira e Dini (2003) para uma reflexão sobre a experiência da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) na construção do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), criado em 2000, com o objetivo de refletir o desenvolvimento e a qualidade de vida dos municípios paulistas. A criação desse indicador tomou como ponto de partida as experiências com outros indicadores municipais, em particular, o IDH-M já mencionado.

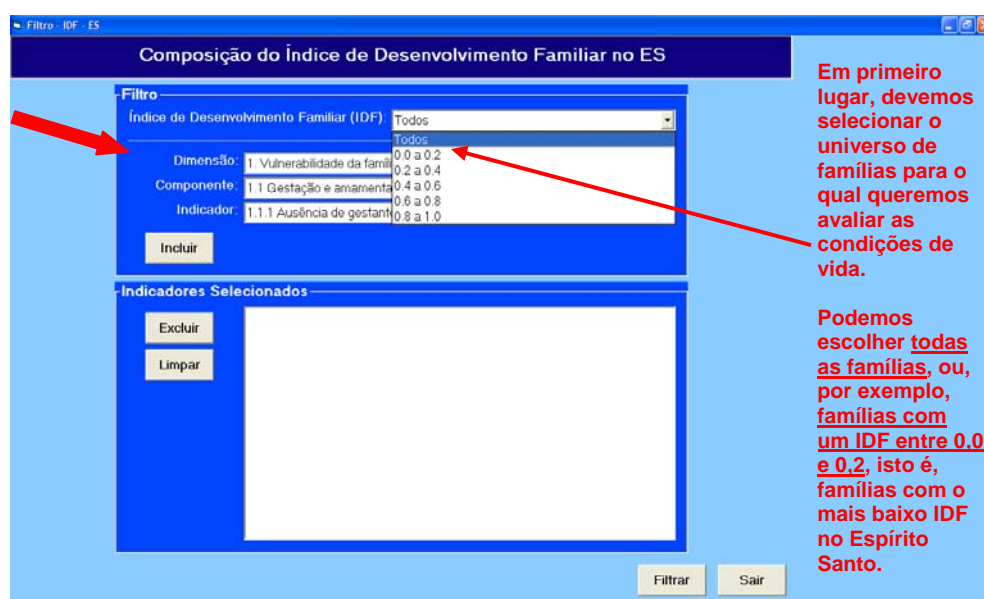
nível da família. Para tanto, vamos seguir uma sequência arbitrária de passos, buscando ilustrar o uso desse *software* construído.

### Passo 1: seleção do universo das famílias de interesse

O programa criado permite a análise das condições de vida de todas as famílias cadastradas, assim como das famílias cadastradas cujo IDF encontra-se entre determinados valores.<sup>17</sup> As famílias cadastradas podem ser agrupadas, segundo o IDF, em cinco classes: *i*) 0,0 a 0,2; *ii*) 0,2 a 0,4; *iii*) 0,4 a 0,6; *iv*) 0,6 a 0,8; e *v*) 0,8 a 1,0.

Assim, o primeiro passo consiste em selecionar o universo de famílias de interesse, conforme apresentado na figura 1, a seguir. A título de exemplo apenas, vamos supor que selecionamos o conjunto de todas as famílias cadastradas no estado.

FIGURA 1



### Passo 2: seleção das dimensões de interesse

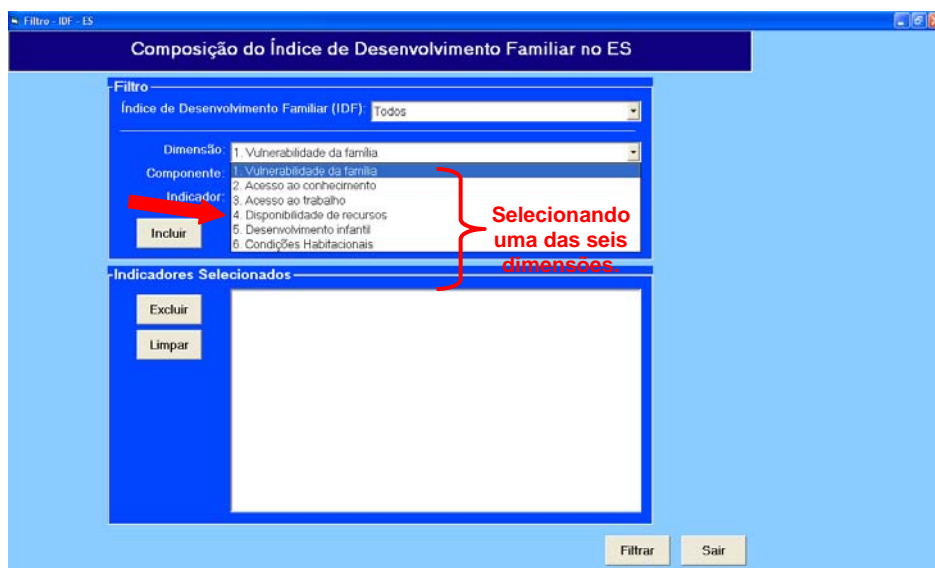
Uma vez escolhido o universo de famílias, o segundo passo consiste na escolha da dimensão ou das dimensões que queremos analisar. Conforme vimos anteriormente foram definidas seis dimensões das condições de vida: *i*) vulnerabilidade; *ii*) acesso ao conhecimento; *iii*) acesso ao trabalho; *iv*) disponibilidade de recursos; *v*) desenvolvimento infantil; e *vi*) condições habitacionais.

A análise das condições de vida dessas famílias selecionadas pode ser realizada, separadamente, para cada uma das seis dimensões ou apenas para um subconjunto delas. Apenas a título de exemplo, vamos supor que nossa preocupação mais imediata seja com o *desenvolvimento infantil*. Portanto, queremos analisar, em primeiro lugar, a situação das famílias cadastradas no CadÚnico no Espírito Santo em termos do desenvolvimento de suas crianças, conforme mostrado na figura 2.

17. Como foi visto na seção anterior, o IDF é um indicador sintético que varia entre 0 e 1.



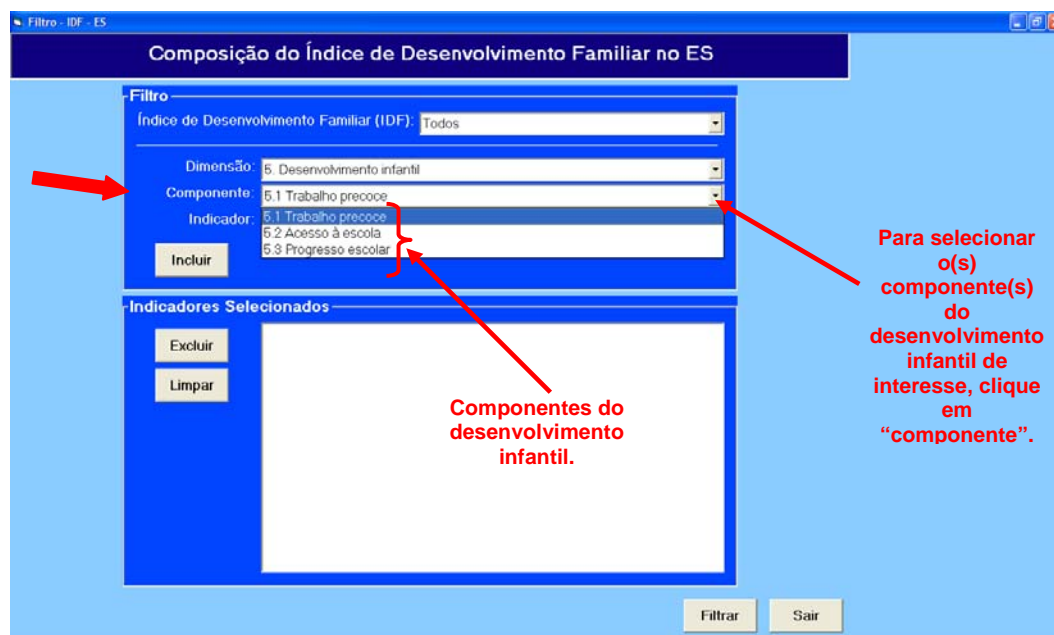
FIGURA 2



### Passo 3: seleção do(s) componente(s) de interesse

Escolhida a dimensão de interesse – *desenvolvimento infantil* – o próximo passo é escolher qual ou quais componentes dessa dimensão desejamos analisar. Nesse caso, foram definidos três componentes: *i*) trabalho precoce; *ii*) acesso à escola; e *iii*) progresso escolar (figura 3).

FIGURA 3

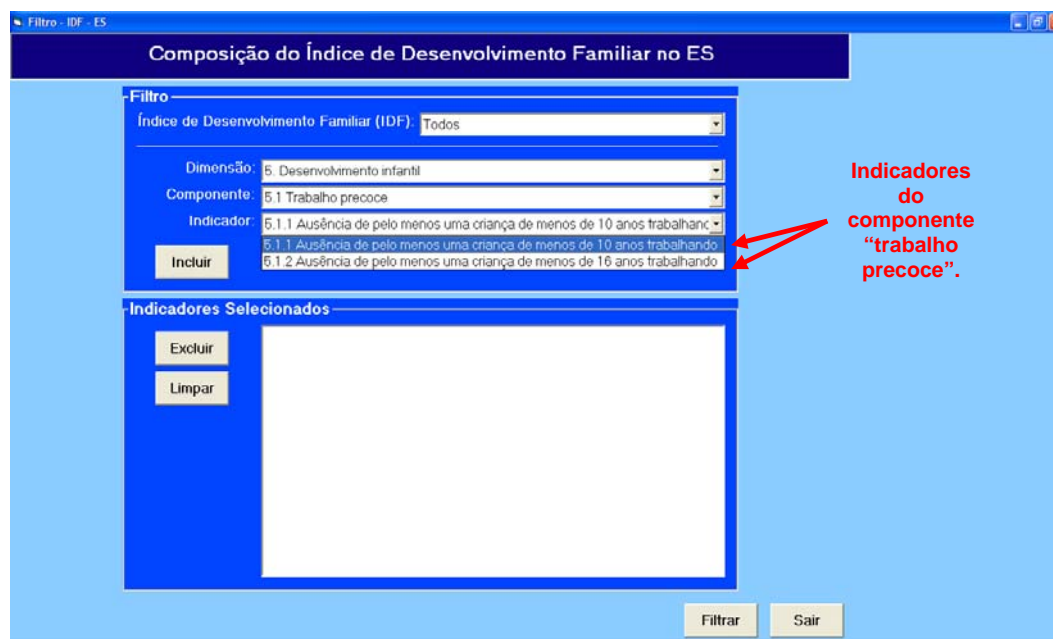


### Passo 4: seleção do(s) indicador(es) de interesse

Selecionados os componentes de interesse, o passo seguinte consiste em selecionar, para cada um desses componentes (trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar), quais os indicadores que desejamos analisar.

Como mostra a figura 4, a seguir, para o componente *trabalho precoce* existem dois indicadores disponíveis para as famílias: *i*) ausência de pelo menos uma criança de menos de 10 anos trabalhando e *ii*) ausência de pelo menos uma criança de menos de 16 anos trabalhando.

FIGURA 4



No caso de *acesso à escola* existem três indicadores disponíveis: *i*) ausência de pelo menos uma criança de 0-6 anos fora da escola; *ii*) ausência de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola; e *iii*) ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola. Por fim, no caso de *progresso escolar* existem também três indicadores disponíveis: *i*) ausência de pelo menos uma criança com até 14 anos com mais de dois anos de atraso; *ii*) ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto; e *iii*) ausência de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto.

#### Passo 5: inclusão do(s) indicador(es) de interesse

Uma vez selecionados os indicadores de interesse que fazem parte desses três componentes (trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar), o quinto passo consiste em clicar sobre cada indicador desejado e ordenar sua inclusão no painel inferior com a opção **INCLUIR**.

Os indicadores selecionados aparecerão na parte de baixo da tela **INDICADORES SELECIONADOS**, conforme mostra a figura 5, a seguir. Nesse caso, foi selecionado um indicador de cada um dos três componentes.

FIGURA 5

### Passo 6: cálculo do IDF

Incluídos os indicadores de interesse no painel inferior, com o comando **FILTRAR** vamos obter, do universo total de famílias, um subconjunto de famílias que não atende a esses indicadores, isto é, para o conjunto de famílias selecionadas:

- pelo menos uma criança com menos de 10 anos está trabalhando,
- pelo menos uma criança de 7-14 anos está fora da escola, e
- pelo menos uma criança de 10-14 anos é analfabeta.

As informações para esse subconjunto de famílias podem ser apresentadas de três formas distintas. Em primeiro lugar, ao utilizar o comando **FILTRAR**, obtemos uma tabela cuja primeira coluna apresenta o código de cada família no CadÚnico. Na segunda coluna aparece o nome do chefe daquela família – na tabela os nomes dos chefes das famílias foram omitidos por motivo de sigilo. Na terceira coluna aparece o valor do IDF de cada família, conforme metodologia apresentada na subseção 3.2. Por fim, nas demais colunas, são apresentados os valores do IDF específicos para cada uma das seis dimensões definidas neste estudo. É possível ordenar o conjunto de famílias em ordem crescente ou decrescente, segundo o seu IDF, ou segundo cada um dos seis componentes, bastando, para isto, clicar uma vez sobre o título da coluna.

A figura 6, que segue, mostra que, entre todas as famílias cadastradas no CadÚnico no Espírito Santo, sete atendem aos três indicadores selecionados, isto é, nessas sete famílias existe pelo menos uma criança com menos de 10 anos que está trabalhando, uma criança de 7-14 anos que está fora da escola, e uma criança de 10-14 anos que é analfabeta.

FIGURA 6

LISTA - IDF - ES

**Composição do Índice de Desenvolvimento Familiar no ES**

Domicílio	Nome	IDF	1. Vulnerabilidade da família	2. Acesso ao conhecimento	3. Acesso ao trabalho	4. Disponibilidade de recursos	5. Desenvolvimento infantil	6. Condições Habitacionais
2870419		0.23	0.50	0.25	0.17	0.33	0.00	0.14
9650516		0.23	0.63	0.00	0.17	0.33	0.11	0.14
9681008		0.16	0.38	0.00	0.17	0.33	0.11	0.00
3330475		0.24	0.56	0.00	0.17	0.33	0.22	0.14
9652144		0.42	0.71	0.00	0.17	0.44	0.22	1.00
9633408		0.43	0.83	0.00	0.17	0.44	0.22	0.93
9652728		0.39	0.63	0.00	0.17	0.44	0.11	1.00

Tabela Gráfico Voltar

Uma segunda forma de apresentar essas informações para esse subconjunto de famílias é utilizar o comando **GRÁFICO**. Com esse comando vamos gerar um gráfico para cada família. Assim, devemos posicionar o cursor sobre a família para a qual se deseja analisar as informações e, então, dar o comando para gerar o gráfico. Na figura 7, escolhemos a família com o maior IDF.

FIGURA 7

LISTA - IDF - ES

**Composição do Índice de Desenvolvimento Familiar no ES**

Domicílio	Nome	IDF	1. Vulnerabilidade da família	2. Acesso ao conhecimento	3. Acesso ao trabalho	4. Disponibilidade de recursos	5. Desenvolvimento infantil	6. Condições Habitacionais
2870419		0.23	0.50	0.25	0.17	0.33	0.00	0.14
9650516		0.23	0.63	0.00	0.17	0.33	0.11	0.14
9681008		0.16	0.38	0.00	0.17	0.33	0.11	0.00
3330475		0.24	0.56	0.00	0.17	0.33	0.22	0.14
9652144		0.42	0.71	0.00	0.17	0.44	0.22	1.00
9633408		0.43	0.83	0.00	0.17	0.44	0.22	0.93
9652728		0.39	0.63	0.00	0.17	0.44	0.11	1.00

Tabela Gráfico Voltar

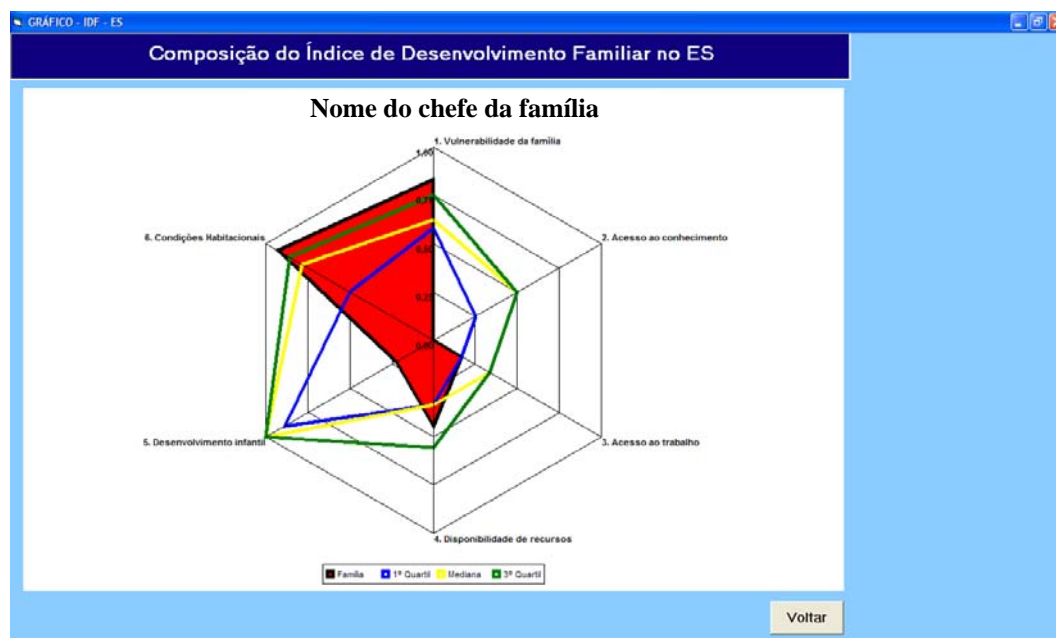
Após selecionar a família e clicar em **GRÁFICO**, é possível sintetizar as informações contidas na tabela anterior para essa família específica, conforme apresentado na figura 8 (novamente por motivos de sigilo, omitimos o nome do chefe da família).

Esse gráfico<sup>18</sup> apresenta os valores do IDF para a família selecionada em cada uma das seis dimensões. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições da família com respeito àquela dimensão.

A área vermelha representa a situação da família com respeito a cada componente. Como a linha amarela representa a mediana, não apenas para esse conjunto de famílias mas para todas as famílias do cadastro no estado, observamos que a família escolhida encontra-se acima da mediana em três dimensões: vulnerabilidade, condições habitacionais e disponibilidade de recursos. Em termos da dimensão acesso ao trabalho essa família encontra-se no primeiro quartil da distribuição, isto é, na mesma situação das famílias em piores condições nessa dimensão. Por fim, quanto a desenvolvimento infantil e acesso ao conhecimento, apesar de essa família ter o maior IDF no subconjunto de famílias em análise, nessas duas dimensões ela é muito pior.

Assim, com base nesse gráfico é possível concluir que essa família é extremamente “não desenvolvida” em termos de acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil e acesso ao trabalho. Entretanto, com relação às demais dimensões das condições de vida, essa família tem uma posição privilegiada em relação às outras famílias.

FIGURA 8



18. Para melhor visualização, todas as figuras, gráficos e diagramas aparecerão em cores no site do Ipea: <<http://www.ipea.gov.br/sites/ooo/2/publicações/tds/td.1414.pdf>>.

Uma terceira forma de apresentar as informações para esse subconjunto de famílias é utilizar o comando **TABELA**. Com esse comando é possível gerar uma tabela para *cada família*. Assim, devemos posicionar o cursor sobre a família para a qual se deseja analisar as informações e, então, dar o comando para gerar a tabela.

A figura 9 a seguir foi gerada para a mesma família apresentada no gráfico anterior. Nesse quadro são apresentadas as seis dimensões definidas neste estudo e seus respectivos indicadores.

Cada indicador nesse quadro pode ser entendido como uma condição de desenvolvimento. Quando o indicador aparece em vermelho significa que esta família não atende a essa condição de desenvolvimento; quando ele aparece em azul, significa que ela atende a essa condição de desenvolvimento.

Assim, no nosso exemplo, dos 41 indicadores existentes, a família que selecionamos não satisfaz 25 dessas condições. Ou seja, mesmo apresentando o maior IDF no subgrupo de famílias selecionadas, em cerca de 60% dos indicadores essa família não atende às condições básicas de desenvolvimento.

FIGURA 9

**Composição do Índice de Desenvolvimento Familiar no ES**

Nome do chefe da família

1. Vulnerabilidade	4. Despesa familiar
Ausência de gestantes	Despesa familiar per capita superior a linha de extrema pobreza
Ausência de mães amamentando	Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza
Ausência de crianças	Despesa com alimentos superior a linha de extrema pobreza
Ausência de crianças ou adolescentes	Despesa familiar per capita superior a linha de pobreza
Ausência de crianças, adolescentes ou jovens	Renda familiar per capita superior a linha de pobreza
Ausência de portadores de deficiência	Mais parte da renda familiar não advém de transferências
Ausência de idosos	
Presença de cônjuge	
Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	

2. Acesso ao conhecimento	5. Desenvolvimento infantil
Ausência de adultos analfabetos	Ausência de crianças de menos de 10 anos trabalhando
Ausência de adultos analfabetos funcionais	Ausência de crianças de menos de 16 anos trabalhando
Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	Ausência de crianças de 0-6 anos fora da escola
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo	Ausência de crianças de 7-14 anos fora da escola
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	Ausência de crianças de 15-17 anos fora da escola
	Ausência de crianças com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
	Ausência de adolescentes de 10 a 14 anos analfabetos
	Ausência de jovens de 15 a 17 anos analfabetos

3. Acesso ao trabalho	6. Condições Habitacionais
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados	Domicílio próprio
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	Domicílio próprio, cedido ou invadido
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	Densidade de até 2 moradores por domicílio
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	Material de construção permanente
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Acesso adequado à água
	Equipamento sanitário adequado
	Lixo é coletado
	Acesso à eletricidade

Voltar

Em suma, é possível analisarmos as condições de vida de cada família cadastrada no Espírito Santo, identificando as dimensões onde elas necessitam de maior atenção para superar suas dificuldades.

## 4.2 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA AO NÍVEL DO MUNICÍPIO

Além de uma avaliação das condições de vida de cada família, é também possível obter indicadores agregados correspondentes para cada um dos municípios do estado, tomando-se a média aritmética desses indicadores por família.

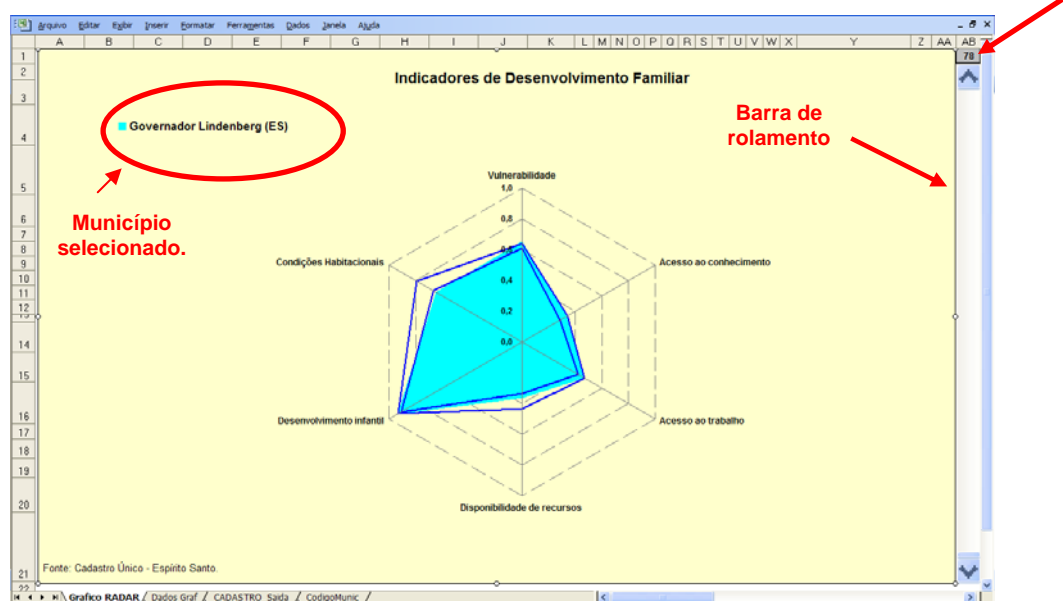
Nesta subseção buscamos ilustrar como é possível, a partir das informações do CadÚnico para o Espírito Santo, usar os indicadores construídos para fazer um diagnóstico das condições de vida para cada município do estado. Para tanto, vamos

também seguir uma sequência arbitrária de passos, buscando ilustrar o uso do *software* construído.

Como sabemos, existem 78 municípios no Espírito Santo. Portanto, o primeiro passo consiste em selecionar o município para o qual desejamos avaliar as condições de vida.

O *software* desenvolvido pelo Ipea permite que através de uma “barra de rolamento” situada à direita do gráfico (figura 10), possamos escolher o município para o qual desejamos analisar os indicadores. Repare que o município representado no gráfico a seguir é o de número 78 (Governador Lindenberg), conforme aparece no canto direito superior do gráfico, e também à esquerda.

FIGURA 10



As linhas azuis representam o 1º e 3º quartis das distribuições das seis dimensões analisadas. Este gráfico nos apresenta a informação agregada de todas as famílias cadastradas nesse município, após tomarmos a média aritmética dos indicadores por família.

Conforme esse gráfico revela, o município de Governador Lindenberg é muito pouco desenvolvido em termos de condições habitacionais, dado que o valor do IDF para esta dimensão encontra-se abaixo do 1º quartil, o que revela que esta deve ser uma dimensão prioritária para o município.

Outra forma de analisar as informações para esse município é gerar o quadro que se segue (figura 11). Este quadro apresenta para cada uma das seis dimensões estudadas o desempenho do município com respeito a cada um dos indicadores. O valor para o conjunto de famílias de Governador Lindenberg é apresentado ao lado de cada indicador. Além disso, cada indicador está na cor azul quando o seu valor



encontra-se acima do 3º quartil; na cor vermelha, quando o valor está abaixo do 1º quartil; e na cor amarela, quando o valor está entre o 1º e o 3º quartis.<sup>19</sup>

FIGURA 11

Índice de Desenvolvimento das Famílias		
Município	Ordem	
Governador Lindenberg (ES)	78	
<b>Vulnerabilidade</b>	<b>Acesso ao trabalho</b>	<b>Desenvolvimento infantil</b>
0,99 Ausência de pelo menos uma gestante	0,20 Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados	0,69 Ausência de pelo menos uma criança de 0-6 anos fora da escola
0,97 Ausência de pelo menos uma mãe amamentando	0,04 Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	0,98 Ausência de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
0,52 Ausência de pelo menos uma criança	0,24 Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícolas	0,94 Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
0,12 Ausência de pelo menos uma criança ou adolescente	0,93 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	0,95 Ausência de pelo menos uma criança com até 14 anos como mãe de 2 anos de atraso
0,04 Ausência de pelo menos uma criança, adolescente ou jovem	0,93 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	1,00 Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
0,95 Ausência de pelo menos um portador de deficiência	<b>Disponibilidade de recursos</b>	1,00 Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto
0,94 Ausência de pelo menos um idoso	0,58 Despesa familiar per capita superior a linha de extrema pobreza	<b>Condições habitacionais</b>
0,86 Presença de cônjuge	0,37 Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza	0,32 Domicílio próprio
0,51 Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	0,24 Despesa com alimentos superior a linha de extrema pobreza	0,89 Domicílio próprio, cedido ou invadido
<b>Acesso ao conhecimento</b>	0,07 Despesa familiar per capita superior a linha de pobreza	0,95 Densidade de até 2 moradores por dormitório
0,80 Ausência de pelo menos um adulto analfabeto	0,02 Renda familiar per capita superior a linha de pobreza	1,00 Material de construção permanente
0,44 Ausência de pelo menos um adulto analfabeto funcional	0,94 Maior parte da renda familiar não advém de transferências	0,35 Acesso adequado a água
0,34 Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	<b>Desenvolvimento infantil</b>	0,37 Esgotamento sanitário adequado
0,10 Presença de pelo menos um adulto com secundário completo	1,00 Ausência de pelo menos uma criança de menos de 10 anos habilitando	0,34 Lixo é coletado
0,01 Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	0,91 Ausência de pelo menos uma criança de menos de 16 anos habilitando	0,95 Acesso a eletricidade

Fonte: Cadastro Único - Espírito Santo.

Portanto, no caso de Governador Lindenberg, dos 41 indicadores com os quais estamos trabalhando, em 17 deles o município encontra-se acima do 3º quartil; em 10 deles o município encontra-se abaixo do 1º quartil, indicando que estes são os indicadores com os quais o município deve se preocupar prioritariamente; para o restante dos indicadores (14) o município apresenta uma situação intermediária.

Em suma, para uma variedade de indicadores de condições de vida é possível conhecer a situação de cada município do estado cujas famílias estão inscritas no CadÚnico, possibilitando aos governos concentrar seus esforços prioritariamente naqueles indicadores que se encontram em situação mais precária. Dada a escassez de recursos normalmente enfrentada pelos governos, um melhor direcionamento desses recursos deve levar a um aumento na eficácia da política social.

## 5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos demonstrar que a grande variedade de informações sobre as famílias disponíveis no CadÚnico, seu elevado grau de cobertura da população pobre do país e a possibilidade de identificá-las levam a que este cadastro proporcione inúmeras possibilidades de uso, principalmente, na elaboração de diagnósticos das

19. No caso da figura 11, diferentemente da figura 10, a distribuição dos quartis é por indicador analisado. Dessa forma, para cada indicador específico de uma dada dimensão foram calculados o 1º e 3º quartil.



condições sociais, contribuindo para a definição e operacionalização da política social do país.

O CadÚnico conta atualmente com informações sobre cerca de 16 milhões de famílias brasileiras, e embora a utilização do CadÚnico continue centrada na seleção dos beneficiários do PBF, existe um amplo leque de utilizações que, ou já vêm sendo incipientemente adotadas ou poderiam vir a ser empregadas no futuro.

Conforme vimos, essa ampla variedade de informações sobre as condições de vida dessas famílias pode ser organizada em seis dimensões: *i*) vulnerabilidade – composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também de pessoas com necessidades especiais; *ii*) acesso ao conhecimento; *iii*) acesso ao trabalho; *iv*) disponibilidade de recursos (renda e despesa familiar *per capita* e despesas com alimentação); *v*) desenvolvimento infantil; e *vi*) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica).

Assim, neste estudo, além de mapear as principais possibilidades de uso do CadÚnico em função da ampla variedade de informações sobre as condições de vida das famílias pobres no país, apresentamos um conjunto de indicadores que podem ser criados com base nessas informações e uma proposta para a agregação desses indicadores em um único índice – o IDF. Mais que isso, mostramos como, a partir das informações do CadÚnico, é possível não somente identificar as carências de cada família e portanto caracterizar a natureza de sua pobreza, como também é possível, ao nível municipal, traçar o perfil da pobreza e realizar diagnósticos, buscando identificar as principais carências de cada município, de modo a possibilitar um melhor direcionamento dos recursos públicos e, conseqüentemente, aumentar a eficácia da política social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. *A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.
- BARROS, R.; CARVALHO, M. *Utilizando o Cadastro Único para construir indicadores sociais*. Ipea, 2002. Mimeografado.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; DUTRA, R.; FRANCO, S.; HARTUNG, G. *O uso de preditores para a melhoria da qualidade das informações do Cadastro Único*. Ipea, 2007. Mimeografado.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. Rio de Janeiro: Ipea, 2003 (Texto para Discussão, n. 986).
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família*. Rio de Janeiro: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1349).
- CASTAÑEDA, T.; FERNANDEZ, L. *Targeting social spending to the poor with proxy-means testing: Colombia's SISBEN system*. Country Case report prepared for the World Bank, 2003.

- CASTAÑEDA, T.; LINDERT, K. *O desenho e a implementação dos sistemas de focalização familiar: lições da América Latina e dos Estados Unidos*. World Bank, abr. 2005 (Séries sobre Redes de Segurança Social).
- CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM: Índice de Qualidade dos Municípios 1998*. Rio de Janeiro, 1998.
- COBO, B.; SABÓIA, A. L. *Uma contribuição para a discussão sobre a construção de indicadores para implementação e acompanhamento de políticas públicas*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep, realizado em Caxambu, MG, 2006.
- DE LA BRIÈRE, B.; LINDERT, K. *Brasil's Cadastro Único*. Country case report prepared for the World Bank and DFID, 2003.
- DE LA BRIÈRE, B.; ROQUETE, C. *et. al. O Cadastro Único de Brasil*. Ago. 2003.
- LARRAÑAGA, O. *Focalización de programas sociales en Chile: el Sistema CAS*. Country case study prepared for the World Bank, 2003.
- LINDERT, K. *Implementing means tested welfare systems in the US*. Country case study prepared for the World Bank, 2003.
- OROZCO, M.; HUBERT, C. *La focalización en el programa de desarrollo humano oportunidades de México*. Country case study prepared for the World Bank, 2004.
- PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>.
- SOUTO, A. *et al.* Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. *Revista Pólis*, São Paulo, n. 21, 1995.
- VIQUEZ, R. *Sistema de Identificación de la Población Objetivo (SIPO) en Costa Rica*. Country case study prepared for the World Bank, 2003.
- TORRES, H.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, 2003.
- UNDP. *Human Development Report*, New York, 1990.



## EDITORIAL

### **Coordenação**

Iranilde Rego

### **Supervisão**

Andrea Bossle de Abreu

### **Revisão**

Lucia Duarte Moreira  
Alejandro Sainz de Vicuña  
Eliezer Moreira  
Elisabete de Carvalho Soares  
Fabiana da Silva Matos  
Miriam Nunes da Fonseca  
Roberta da Costa de Sousa

### **Editoração**

Roberto das Chagas Campos  
Aeromilson Mesquita  
Camila Guimarães Simas  
Carlos Henrique Santos Vianna  
Aline Cristine Torres da Silva Martins (estagiária)

### **Livraria**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo  
70076-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 3315-5336  
Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)

Tiragem: 130 exemplares